



UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL: A PRÁTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

FLORA MORITZ DA SILVA
PEDRO ANTÔNIO DE MELO

Compreendendo a importância da prática do compromisso social em uma universidade federal, este artigo objetiva identificar projetos da UFSC que podem ser considerados práticas de compromisso social da instituição. Os dados foram coletados através de entrevista semi-estruturada com os onze membros da Câmara de Extensão da UFSC, cada um representando um dos centros de ensino da instituição. Após a coleta e análise dos dados foi concluído que a universidade desenvolve várias ações de extensão com compromisso social e todos os centros têm pelo menos uma de destaque. No entanto, a extensão ainda é uma função que não tem tanta visibilidade quanto o ensino e a pesquisa, necessitando de mais apoio, consciência da comunidade universitária, reconhecimento e incentivos para que as três funções se tornem realmente um tripé. Ainda que nem toda a extensão seja uma ação de compromisso social, há projetos de destaque, que incorporam o sentido de transformação da sociedade, de desenvolver emancipação social, de melhora da qualidade de vida da população. A UFSC, portanto desenvolve diversas ações muito importantes a sociedade, mas ainda tem espaço para realizar muito mais.

Palavras-chave: Compromisso Social, Universidade, Extensão.

1. INTRODUÇÃO

O mundo está passando por mudanças climáticas e diversas catástrofes naturais, levando muitas pessoas ao questionamento de até que ponto o que vêm ocorrendo é um ciclo natural do planeta e até onde é o ser humano que tem responsabilidade neste aspecto.

Por outro lado, passamos recentemente por uma crise mundial, uma das maiores do mundo, em 2008, da qual ainda estamos tentando solucionar os vestígios negativos, como o aumento da pobreza e das taxas de desemprego em diversos países.

Sobre os motivos desta crise, críticos de esquerda culpam a cobiça desenfreada dos banqueiros e economistas capitalistas reconheceram que houve falhas, como a ausência de um sistema regulatório mais eficiente para controlar fraudes e especulação predatória (PAULIN, 2010). Ainda que não entrem em consenso sobre as causas desta crise, a necessidade de ética vinculada à economia e à governança corporativa das organizações ficou evidente.

A sociedade civil, com maior acesso às informações, começa a ter mais consciência social e ambiental, vem pressionando as grandes corporações a adotarem atitudes mais responsáveis, já que as empresas desempenham um papel muito importante na sociedade, devendo responsabilizar-se por suas atitudes.

Na América Latina, continente mais desigual do planeta em termos de distribuição de renda, o processo de conscientização popular quanto à necessidade de responsabilidade das instituições para com seu entorno é um processo incipiente, se comparado às chamadas nações desenvolvidas, mas está é debatida em muitas organizações, não somente as privadas.

O Brasil tem melhorado no quesito desigualdade. Segundo dados da *Central Intelligence Agency* (2010) o Coeficiente Gini, índice que calcula as desigualdades de renda em diversos países do mundo, melhorou nos últimos anos, caindo de 60,7 (1998) para 56,7 (2005), mas ainda é superior que o dos nossos vizinhos como Argentina, Paraguai e Uruguai.

Se a desigualdade é alta, a taxa de jovens com acesso ao ensino superior ainda é muito inferior à desejada, com menos de 14% de jovens em idade de cursá-lo tendo acesso ao mesmo.

Segundo o último censo de educação superior brasileiro de 2008, (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2010) havia 183 universidades no país, correspondendo a 8,1% das instituições de ensino superior brasileiras. Deste total, aproximadamente 53% correspondem ao setor público.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pertence a este universo, sendo considerada, em diversas pesquisas, uma das dez melhores universidades do Brasil.

Esse estudo visa conhecer os projetos de extensão da UFSC que podem ser considerados como práticas de compromisso social na instituição, tendo em vista que uma instituição de ensino pública e de excelência, não deve somente formar bons profissionais ao mercado, mas também estar à frente na responsabilidade com o seu entorno, realmente comprometida com toda a sociedade.

A fim de atingir a meta visada, foram definidos os objetivos específicos: caracterizar a Universidade Federal de Santa Catarina; conceituar responsabilidade e compromisso social; levantar dados sobre os projetos de extensão da UFSC; e levantar ações de extensão desenvolvidas nos centros de ensino da UFSC que podem ser consideradas como práticas de compromisso social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a realização de um estudo mais completo sobre o compromisso social na UFSC, foram coletados dados referentes à universidade, a extensão de forma mais detalhada, e os conceitos de responsabilidade social e compromisso social.

2.1 Universidade

No mundo, o alcance do ensino superior ainda é pequeno, e muito heterogêneo. Conforme o informe de seguimento da Educação Para Todos no mundo (ONU, 2007), apesar do desenvolvimento contínuo do Ensino Superior mundial desde 1999, só uma proporção relativamente modesta do grupo em idade de cursar esse nível de ensino (faixa que vai dos 18 aos 24 anos) tem acesso ao mesmo. A taxa base de estudantes do ensino superior oscilava em torno de 24% em 2005, porém o número de matriculados é muito variável segundo a região, já que vai desde 5% na África Subsaariana até 70% na América do Norte e Europa Ocidental.

Cabe destacar que instituição de ensino superior não é sinônimo de universidade. Cada país tem uma legislação para as instituições de nível superior. No Brasil universidade, refere-se instituições de ensino superior que “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, Art.207 da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Audy (2006) coloca que vem aumentando a demanda da sociedade por um novo papel da Universidade no desenvolvimento econômico e social. Ristoff (2006) destaca o papel estratégico das universidades, em especial do setor público, objetivando colocar o ensino, a pesquisa e a extensão a serviço do desenvolvimento social, econômico e cultural.

2.2 Extensão

Segundo Novo e Mello (2004) a extensão é atribuída à universidade visando viabilizar sua interação com a sociedade, sendo que, exercida junto ao ensino e a pesquisa torna-se capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática, promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular. Com mais essa função, passa a ser considerado o compromisso social da universidade, que deverá encontrar-se continuamente empenhada no equacionamento das questões que afligem a maioria da população, dirigindo seus interesses para as grandes questões sociais do país e àquelas demandadas pelas comunidades regionais e locais.

Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade, conforme o Plano Nacional de Extensão Universitária (2001). É uma via de mão-dupla: a comunidade acadêmica encontra na sociedade a oportunidade de praticar os conhecimentos acadêmicos, e no retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, acrescentará àquele conhecimento. Esse fluxo, que troca saberes sistematizados, acadêmico e popular, trará a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade na atuação da Universidade. É um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (NOGUEIRA, 2000).

A Resolução Normativa que dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na UFSC (2010b), considera que as ações de extensão universitária são etapas de processos de produção de conhecimento e não algo à parte desses processos; visam a tornar acessível às atividades que criam condições para a apresentação de informações que facilitam a apropriação do conhecimento disponível pelos membros da sociedade e devem ter caráter educativo no sentido de tornar as pessoas aptas a utilizarem o conhecimento em suas atividades. Esta Resolução define extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.

Wanderley (2005) reforça a forma indissociável entre ensino, pesquisa e extensão afirmando que, se é válida a separação deste tripé para efeitos analíticos, o conteúdo social deve estar necessariamente presente no conjunto.

2.3 Responsabilidade Social

Um tema muito atual é até que ponto vai a responsabilidade das organizações. Em um mundo no qual grandes corporações têm muitas vezes, maior influência do que governos, a questão da responsabilidade corporativa vem sendo destacada. É importante colocar que nenhuma instituição, pode estar alheia ao meio no qual está inserida.

Karkotli (2006) expõe que a responsabilidade social é um tema recente, teorizado e colocado em prática somente a partir da segunda metade do século XX, época da revolução social e criação de novas organizações em razão das falhas cometidas pelo governo nesta área, que tem demonstrado não possuir condições de resolver todos os problemas sociais.

Araújo *et al* (2006), afirmam que a literatura atual sobre responsabilidade social empresarial (RSE) sugere três interpretações distintas sobre o conceito. A primeira, mais simplificada, pode significar o cumprimento das obrigações legais e o comprometimento com o desenvolvimento econômico. A segunda sugere a expressão “designar o envolvimento da empresa em atividades comunitárias”. Aqui, os autores afirmam que há algumas divergências entre os estudiosos do tema, já que o melhor significado para a expressão seria cidadania empresarial. Na terceira interpretação, Araújo *et al* (2006), citando Schommer *apud* Tenório, definem que RSE é uma série de compromissos da empresa com sua cadeia produtiva. É perceptível que foram conceitos que avançaram em diferentes momentos, já que atualmente, grande parte da sociedade exige uma responsabilidade maior das corporações, ampliando assim o conceito que determina a RSE.

Niello (2006) não considera muito nítida a delimitação da RSE, mas coloca que, apesar da profusão terminológica, tem-se produzido uma paulatina integração de um conjunto de práticas similares estruturadas em uma série de âmbitos concretos: a responsabilidade meio ambiental e social, a transparência, o diálogo entre as partes interessadas e o bom governo.

Segundo Moiseichyk e Biazús (2002) o termo responsabilidade social refere-se aos relacionamentos que a instituição tem além dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e concorrentes, já que envolve a comunidade, meio-ambiente, desenvolvimento comunitário, em todo o seu contexto onde se encontra inserida, formando uma grande teia. Assim, as instituições socialmente responsáveis percebem que seus compromissos vão além dos interesses de sua cadeia produtiva, porque devem contribuir para o bem-estar, qualidade de vida, preservação ambiental e desenvolvimento comunitário pela participação mais direta nas ações comunitárias na região na qual está inserida.

Kliksberg (2008) destaca que não se pede que as empresas substituam à política pública, que em uma democracia tem a obrigação de garantir educação, saúde, trabalho e inclusão, senão que seja um aliado criativo e constante desta. A RSE exige cidadania, e implica no fundo, repensar o rol da empresa na sociedade, ver a empresa como uma das instituições básicas desta sociedade, que justo por isso, tem que se inserir de forma plena em suas problemáticas centrais, e estar na primeira linha para combater esses problemas.

O Instituto Ethos define RSE como a forma de gestão que se define pela relação ética e transparência da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. Bedê (2005) complementa que o termo pode também ser compreendido como a qualidade existente nas relações da organização com todos os agentes envolvidos com a mesma: funcionários, fornecedores,

clientes, concorrentes e governo. Karkotli (2006) acrescenta aos agentes citados os acionistas, grupos e movimentos e a comunidade na qual a organização está inserida.

A responsabilidade social compromete-se com todos os stakeholders de um negócio. Além de cumprir todas as obrigações legais, preocupa-se com a adoção e disseminação de valores, condutas éticas, qualidade de vida e práticas construtivas, objetivando suprir as necessidades da comunidade na qual está inserida (ARAUJO *et al*, 2006).

Segundo Karkotli (2006) a atuação com RSE pressupõe a necessidade e a urgência da participação no desenvolvimento com sustentabilidade, ou seja, comprometer-se com o desenvolvimento em três dimensões: econômica, social e do meio ambiente.

2.4 Compromisso Social

A expressão compromisso social geralmente é atribuída ao compromisso da universidade para com a sociedade, visto que, pelas características da instituição, que tem a função de produzir e disseminar conhecimentos, se deve ter mais que responsabilidade para com a sociedade; comprometimento tem uma conotação de maior envolvimento do que responsabilidade. Assim, falar do compromisso social da universidade significa falar de seus deveres e obrigações, das incumbências inerentes à natureza institucional das universidades.

Wanderley (2005, p. 168) coloca que compromisso social é a forma geralmente atribuída à responsabilidade social da universidade:

Sobre... a responsabilidade social das universidades, existe uma larga bibliografia, e se fizermos uma leitura dos estatutos, princípios e objetivos norteadores de cada instituição, ela normalmente comparece de forma explícita sob a expressão compromisso social. Este objetivo resultou de uma revisão de longa duração, de uma autocrítica dos membros das comunidades universitárias, não raro como consequência de grupos representativos dos segmentos, reivindicando ou mesmo exigindo que ela não se vinculasse apenas às elites, mas sáísse da torre de marfim, negasse a suposta neutralidade científica, respondesse aos interesses universais, atendesse aos setores carentes, desenvolvesse projetos sociais, etc. A figura mais expressiva dessa finalidade se centra na dimensão da extensão, que acabou por se tornar componente constitutivo da natureza da universidade, compondo o tripé ensino-pesquisa-extensão.

A conceituação assumida pelos Pró-Reitores no Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) expressa uma postura da universidade diante da sociedade em que se insere: ao afirmar que a extensão se coloca como prática acadêmica que visa interligar a universidade em suas atividades de pesquisa e ensino, com as demandas da sociedade, reafirma o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social.

Moiseichyk e Biazús (2002) destacam que o compromisso social da universidade deve ser muito mais efetivo, visto que ela faz parte de um contexto social inclusivo que a determina, devendo colaborar para a manutenção e transformação da sociedade.

De acordo com Ribeiro (2006) quando se discute universidade e compromisso social, a chave é desatar o nó e recusar a hierarquia que alguns insistem em atribuir às atividades de pesquisa, pós-graduação, extensão e graduação. A universidade tem que fazer com que a pesquisa de ponta seja articulada com a destinação dessa pesquisa. A extensão deveria estar inserida em um plano de metas da universidade, em que deveria ser inserido o que transferir à sociedade, quais deveriam ser os usuários do conhecimento que ela gera.

Goergen (2006) compreende que o compromisso social da universidade é a prestação de contas da instituição à sociedade. O compromisso social não significa que a instituição deva sempre estar a serviço dos interesses socioeconômicos do sistema. Significa também o

exercício da crítica, da oposição e da resistência. Deve ter em vista o contexto social mais amplo que envolve tanto a instituição de uma sociedade mais justa e igualitária, quanto à realização integral do ser humano como indivíduo e cidadão.

3. Metodologia

Essa pesquisa classifica-se como acadêmica e do ponto de vista de sua natureza é básica; quanto à finalidade, o presente estudo é considerado descritivo e exploratório; quanto à natureza das variáveis, predominantemente qualitativa, ao escopo da pesquisa em termo de amplitude e profundidade, caracteriza-se como um estudo de caso histórico-organizacional; e em relação aos procedimentos técnicos ou procedimentos para a coleta de dados classifica-se como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Quanto à natureza das variáveis, a pesquisa é predominantemente qualitativa, permitindo que um fenômeno seja mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado em uma perspectiva integrada (GODOY, 1995).

Em termos de amplitude e profundidade, este trabalho se caracteriza como um estudo de caso histórico-organizacional. Zanella (2006) coloca que os estudos de caso têm grande profundidade e pequena amplitude, pois procuram conhecer uma realidade, neste caso, a realidade de uma instituição: o compromisso social na UFSC.

Godoy (1995) destaca que em um estudo de caso, após as decisões iniciais, pode-se partir para o trabalho de campo, que envolve a obtenção e organização das informações consideradas relevantes para o estudo em questão. Esses dados devem ser coletados no local onde os eventos e fenômenos acontecem, incluindo entrevistas, observação, análise documental e, se necessário, medidas estatísticas.

Para a construção do instrumento de coleta de dados primários foi levado em consideração o levantamento bibliográfico e documental elaborado antes de sair a campo: livros, artigos, periódicos, dissertações e *sites* de internet, referentes à universidade, à UFSC em especial, a extensão, à responsabilidade e ao compromisso social, pois, como destaca Triviños (1987), as perguntas fundamentais que constituem a entrevista semi-estruturada no enfoque qualitativo são resultados da teoria que alimenta a investigação e de toda a informação que se recolheu sobre o fenômeno de interesse, sendo também interessante os contatos, inclusive realizados na escolha dos entrevistados.

A pesquisa foi realizada inicialmente com a pró-reitora de pesquisa e extensão da UFSC, em sentido mais exploratório, e depois com onze membros e ex-membros da Câmara de Extensão da UFSC, considerando um representante de cada centro.

O instrumento de coleta de dados primários escolhido foi a entrevista semi-estruturada que conforme Richardson (1989), objetiva obter respostas à pergunta através de alternativas pré-formuladas, obtendo do entrevistado o que considera mais relevante em determinado problema, buscando saber o que, como e porque algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de determinadas ocorrências. Assim, por meio de uma conversa guiada pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas na análise qualitativa.

O roteiro da entrevista semi-estruturada foi composto de oito questionamentos principais, sendo que alguns se desdobravam em mais de uma pergunta. Os temas abordados foram sobre a extensão no centro e na UFSC, e sobre responsabilidade e compromisso social.

As entrevistas foram agendadas por e-mail e telefone, realizadas na própria universidade, e gravadas na hora da realização, no período entre 11 e 25 de maio de 2010, conforme disponibilidade horária dos entrevistados.

Conforme Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1999), as pesquisas qualitativas tipicamente geram grande volume de dados que necessitam ser organizados e compreendidos. Isto é feito por um processo continuado no qual se procura identificar as dimensões,

categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes seu significado. É um processo complexo que envolve um trabalho de redução, interpretação e organização de dados que começa já na fase exploratória e acompanha toda a investigação.

Após a realização das entrevistas, as mesmas foram transcritas na íntegra, para a análise das informações contidas nas gravações. Depois, separadas por tipo de questionamento abordado, para descrição das diversas opiniões sobre o tema.

Na fase de análise, os diversos dados coletados foram confrontados com a teoria estudada, e assim foram feitas as considerações devidas.

Cabe destacar que os projetos citados no presente trabalho foram os apontados pelos entrevistados, não sendo os únicos socialmente comprometidos da universidade. Apesar de cada membro da Câmara de Extensão representar um Centro, existem as unidades menores, os departamentos, e o maior acesso e contato com as informações de seus departamentos cria uma tendência a ressaltar os projetos do mesmo.

O termo compromisso social é um conceito recente, sendo limitado o acesso a materiais sobre o assunto. Além disso, a questão é bem abrangente. Questões como ampliação de acesso ao ensino superior federal e cotas não foram os enfoques destacados no presente estudo, mas também são questões inclusas na questão de compromisso social da universidade.

4. Universidade Federal de Santa Catarina

A UFSC, destaca-se pela sua importância no cenário nacional de Instituições Federais de Ensino Superior. Criada na década de 60, completa meio século de existência ao fim de 2010, como a universidade Federal mais importante Estado de Santa Catarina.

Consolidou-se entre as dez melhores universidades brasileiras oferecendo 82 cursos e habilitações presenciais e a distância no ensino de graduação, com mais de 26 mil alunos matriculados na graduação e com uma respeitável estrutura de pós-graduação, contando em 2009 com 57 Programas de Pós-Graduação, compreendendo 56 mestrados, 42 doutorados e 7 mestrados profissionais, formando no referido ano 881 Mestres, 21 Mestres Profissionais e 378 doutores. Com um corpo docente praticamente constituído por mestres e doutores (96%) consolida-se também como um importante pólo de produção científica e tecnológica.

Sua infra-estrutura conta com vários órgãos suplementares, com destaque ao Hospital Universitário, ligado à Reitoria. Os demais órgãos estão ligados a pró-reitorias. Na área de assistência estudantil, há o Restaurante Universitário. Ligados à Secretaria de Cultura e Arte, há o Museu Universitário e a Editora Universitária. No apoio ao ensino, pesquisa e extensão, há a Biblioteca Universitária, o Biotério Central e a Imprensa Universitária. No apoio às atividades de gestão dispõe de um Núcleo de Processamento de Dados.

A gestão central da UFSC é feita via órgãos deliberativos e órgãos executivos. Os primeiros são o Conselho Universitário, para deliberação no nível mais alto na Universidade e as câmaras, com função deliberativa nas áreas acadêmicas. A função fiscalizadora é exercida pelo Conselho de Curadores, pela Auditoria Interna e pela Ouvidoria. Os órgãos executivos são compostos de seis pró-reitorias e três secretarias especiais, e do Gabinete do Reitor. As pró-reitorias são: Ensino de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PRPE), Assuntos Estudantis, Desenvolvimento Humano e Social, Infra-Estrutura. As secretarias são: Cultura e Arte, Relações Internacionais e Institucionais, Planejamento e Finanças.

A Universidade se estrutura em departamentos, coordenados pelas onze Unidades Universitárias ou Centros. Estes são administradas por intermédio de Órgãos Deliberativos Setoriais – Conselhos das Unidades e Departamentos - e Órgãos Executivos Setoriais – Diretoria das Unidades e Chefia dos Departamentos (UFSC, 2010a, Título III, Cap. I, Art. 15). Os departamentos, como subunidades universitárias são a menor fração dos centros para

efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, e desenvolvem as atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito de suas áreas específicas.

A Seção V do Regimento Geral (UFSC, 2009) aborda sobre a extensão: além do ensino e pesquisa, que indiretamente levam a universidade ao meio, se promoverá a extensão direta destas funções. A extensão pode alcançar o âmbito de toda a comunidade ou dirigir-se a pessoas e instituições públicas ou privadas, abrangendo cursos, serviços e estágios realizados conforme planos e normas específicas, cabendo aos Departamentos a elaboração dos projetos de extensão, atendendo às diretrizes gerais estabelecidas pela Câmara de Extensão.

A Câmara de Extensão é um órgão deliberativo e consultivo, que tem o Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão como presidente, e um membro docente de cada Unidade, participante em atividades de extensão e de representantes discentes dos cursos de graduação e pós-graduação, indicados pelas respectivas entidades estudantis, na proporção de um quinto de membros não discentes da Câmara (UFSC, 2010).

Os dados sobre a extensão na UFSC demonstram que há uma evolução no número de ações de extensão realizadas nos últimos anos. De acordo com o Relatório de Gestão (PRPE, 2009) diversas ações vêm sendo desenvolvidas pela comunidade docente, discente e servidores técnico-administrativos, comprometidos “com o desenvolvimento social, através da promoção e disseminação de novos conhecimentos, prestação de serviços a comunidades carentes, difusão de tecnologias apropriadas, viabilização de projetos de promoção da qualidade de vida, dentre inúmeros outros”.

Os últimos dados de extensão divulgados pela PRPE (2010a) organizados em indicadores equivalem aos registros de 2008. É importante salientar que, apesar da nova resolução sobre a extensão na UFSC definir a extensão como um processo que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade, o que é considerado como ação de extensão na mesma resolução não necessariamente são ações de responsabilidade social. Conforme o Artigo 6 da Resolução Normativa N.º 03/CUn/09, (UFSC, 2010b) os seguintes tipos de atividade são consideradas ações de extensão universitária:

- I. Coordenação ou participação em projetos de extensão;
- II. organização ou participação em eventos técnico-científicos, culturais, artísticos, esportivos e outros que tenham como finalidade criar condições para que a sociedade tenha possibilidade de deles usufruir;
- III. prestação de serviços à sociedade mediante atendimento direto ou indireto, tais como assessorias, consultorias e perícias.
- IV. coordenação, ministração ou participação em cursos de atualização científica, cultural, artística, esportivo e outros que possam constituir instrumentos para maior acesso ao conhecimento, realizada de forma presencial, semipresencial ou a distância;
- V. organização, edição, revisão ou apresentação de resultados decorrentes das ações empreendidas para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica;
- VI. participação em bancas de concurso ou de formação acadêmica;
- VII. revisão de artigos e livros.

5. Resultados da pesquisa

Os últimos dados de extensão divulgados pela PRPE (2010a) organizados em indicadores equivalem aos registros de 2008. O **Gráfico1** representa a quantidade de ações de extensão por tipo, realizadas no ano de 2008.

Cada Centro tem sua característica, alguns destacam em projetos, mas têm poucos eventos, outros têm menos atividades, ou intensidade mediana. O fato de um número de registros maior ou menor de extensão não significa maior ou menor compromisso social de determinado Centro. É mais significante a característica de cada ação.

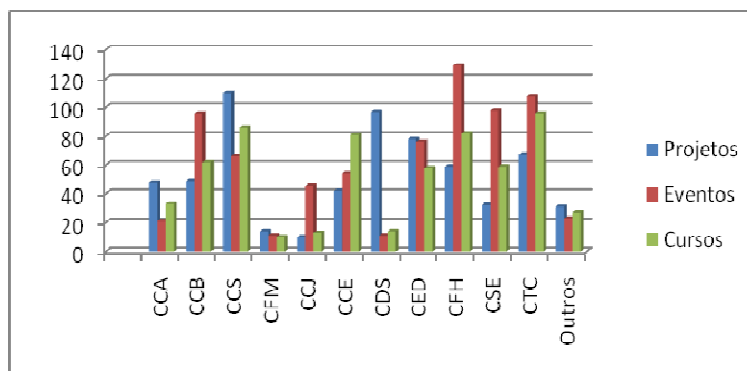


Gráfico 1: Registros de Projetos, Eventos e Cursos por Centro – 2008

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme a Resolução Normativa da Extensão, a proposta de projeto de extensão deve ser submetida à apreciação do colegiado do departamento de ensino ou órgão suplementar ligado o objeto da solicitação, para ser analisado, aprovado ou não. Quando o projeto envolve pessoal de mais de um departamento ou equivalente, ou órgão administrativo, deverá ser submetido à apreciação de cada colegiado ou similar (UFSC, 2010b, Título II Art. 19).

A nova resolução também define que cada departamento deve ter um coordenador de extensão, mas como é uma legislação recente, os Centros e seus respectivos departamentos ainda estão se adaptando, já que nem todos estavam estruturados desta forma anteriormente.

Sobre a percepção quanto a existência de prioridades entre as três funções da universidade, a maioria dos entrevistados colocou, com pesar que ainda há clara valorização do ensino e da pesquisa frente a extensão. Alguns destacam que a situação da extensão está melhorando aos poucos. Destes, dois colocaram não ser problema que a extensão venha atrás do ensino em uma instituição de ensino. O **Quadro 1** expõe o direcionamento das respostas quanto a esta percepção de acordo com o representantes de cada Centro.

Centro:	Percepção quanto à hierarquia de prioridades entre ensino, pesquisa e extensão
CCA	A hierarquia está no imaginário das pessoas. A Extensão vem ganhando um espaço e está no mesmo nível que a pesquisa. O ensino, por sua natureza, é destaque na universidade.
CCB	Existe sim uma hierarquia, e a extensão infelizmente está abaixo do ensino e da pesquisa para muitos. A administração da universidade, nessa e em gestões anteriores, está tentando modificar o quadro, mas isso está muito lento.
CCE	A universidade é um tripé, com três partes indissociáveis, mas o ensino tem e deve ter valor maior, justamente porque estamos tratando de uma instituição de ensino superior.
CCJ	Lamentavelmente é notório que a pesquisa tem maior reconhecimento do que a extensão.
CCS	Já ocorreu uma melhora, porque antes a extensão era muito diminuída. Mas ainda existe, sim, uma valorização bem mais forte da pesquisa.
CDS	Existe uma hierarquia grande, perceptível. Isso é muito prejudicial para a universidade. As administrações superiores deveriam olhar com mais carinho para a extensão.
CED	Se uma das frentes da tríade universitária está mais aquém ou em vias de desenvolver-se é a extensão, mas a reitoria tem se preocupado com ela, que é o ponto mais frágil.
CFH	A hierarquia é clara: a extensão é a última. Em contrapartida, há uma luta para reverter isso. Uma luta difícil, já que cada um entra na universidade com as suas prioridades.
CFM	O alto escalão da universidade tem o mesmo tratamento para pesquisa e extensão. O problema está no preconceito entre os pares, pois muitos tratam a extensão como algo inferior.
CSE	É natural que exista hierarquia porque a base da universidade é o ensino. A universidade não tem discriminação, mas primeiro é o ensino, depois a pesquisa, porque ela está na essência da universidade, e por fim a extensão, que é mais difícil de mensurar e avaliar os resultados.
CTC	Na teoria não existe. Até na missão da universidade existe o princípio da integração entre os três. Dependendo da característica do centro, ele pode ter perfil mais voltado à pesquisa ou mais voltado à extensão.

Quadro 1: Percepção sobre a existência de hierarquia entre ensino, pesquisa e extensão.

Fonte: Elaborado pela autora

Alguns dos argumentos utilizados pelos entrevistados que defendem a ideia de que ainda há uma ordem de prioridade entre as três funções, comparando, sobretudo a pesquisa em relação à extensão são:

- a) As bolsas de pesquisa, de iniciação científica, são muito concorridas, e o mesmo não ocorre com uma bolsa de extensão, porque o número de projetos ainda não é muito grande. Esta colocação foi reforçada por outro entrevistado, que colocou que os dados em relação ao PROBOLSA demonstraram sobra de vagas, ou seja, houve maior oferta de bolsas que a própria disposição dos professores em fazerem a extensão.
- b) A pesquisa sempre foi mais estimulada pelos órgãos governamentais. A extensão raramente é remunerada. Os órgãos de fomento, CNPQ, CAPES, entendem que o professor extensionista não pode receber porque já recebe da universidade. Se o mesmo professor fizer pesquisa, tem direito a uma bolsa de pesquisa, mas não pode ter uma bolsa de extensão, o que prejudica esta última.
- c) A maioria dos professores não sabe elaborar um projeto de extensão, eles fazem projeto de pesquisa. Quando há editais de fomento, como PROEXTENSÃO, PROBOLSA, os professores tendem a fazer um de pesquisa, porque estão acostumados.
- d) Para um pesquisador existem várias classificações, níveis. Com a extensão não é assim. Extensão ou se faz ou não se faz.
- e) O Currículo Lattes é muito valorizado na universidade, mas ele enfoca a produção científica, a pesquisa, não tendo um espaço especial ou um enfoque para a atividade de extensão. Se a universidade não é uma instituição de pesquisa, mas sim de ensino, apoiada pela pesquisa e pela extensão, tanto a pesquisa quanto a extensão devem ter o mesmo foco, os mesmos valores e os mesmos índices.

5.1 Projetos do Centro de Ciências da Saúde - CCS

O CCS tem diversas atividades de extensão voltadas ao atendimento e a melhora de qualidade de vida da população. São muitas as ações desenvolvidas, e como destaque, a sugestão do respondente foram os projetos selecionados como projetos institucionais permanentes (PIP) em 2010. O Centro é o que mais tem projetos selecionados: são treze do total de cinquenta e dois, que abrangem dez dos onze centros de ensino da UFSC.

Foram citados: Programa de Educação e Prevenção em Saúde Bucal no GAPA - Lar Recanto do Carinho, Florianópolis, SC; Núcleo de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial e Patologia; Toxicovigilância - Educação e Prevenção de Acidentes Tóxicos; Assistência a Pessoas Ostomizadas; Atendimento Interdisciplinar e Multiprofissional para Prevenção e Tratamento de Dislipidemia na Comunidade Universitária; Interconsulta Psiquiátrica para Pacientes Internados nas Enfermarias de Clínica Médica do HU – UFSC; Promovendo Saúde, Educação e Cidadania de Crianças, Jovens e Adultos em Situação de Vulnerabilidade Social; Diagnóstico Histológico de Doenças da Boca: Laboratório de Patologia Bucal da UFSC; Projeto Artístico Cultural: Ressignificando a Arte no Envelhecer; Análise Laboratorial Toxicológica a Pacientes com Suspeita de Intoxicação Atendidos pelo Centro de Informações Toxicológicas; Grupo de Ajuda Mútua de Familiares de Idosos Portadores da Doença de Alzheimer ou Doenças Similares; Grupo de Apoio aos Portadores da Doença de Parkinson e seus Familiares; e Grupo de Gestantes e/ou casais grávidos.

5.2 Projetos do Centro Tecnológico - CTC

O CTC tem uma característica particular em relação aos demais centros, aonde muita da extensão é paga. A maior parte dos projetos são consultorias e cursos que especialmente

grandes empresas contratam, ou seja, assistência às empresas. Exemplos de atividades de extensão importantes não remuneradas são particularmente as atividades comandadas pelos departamentos de engenharia sanitária, engenharia civil e de arquitetura que pela natureza de suas áreas, conseguem estar mais perto da população carente. Há ações que ajudam comunidades a fazerem projetos de saneamento básico e educação ambiental. O destaque foi o projeto ganhador do PIP, único representante do Centro: Educação Ambiental: uma Proposta Sócio-Pedagógica nas Comunidades do Entorno da UFSC.

5.3 Projetos do Centro de Desporto - CDS

Este Centro tem a extensão muito evidenciada pela atividade física. Existem projetos direcionados a diversos públicos, que buscam mostrar à sociedade o valor da atividade física como melhoria da qualidade de vida, da aptidão, do bem-estar, do aumento de auto-estima.

Há diversas atividades oferecidas, dez delas contempladas no edital do PIP (PRPE, 2010). Os projetos com maior destaque são: Laboratório e Centro de Orientação de Atividade Física e Saúde – LOAFIS; Experimentação em Dança – Grupo Fazendo Corpo Mole; Projeto Educadança, Capoeira da Ilha; Sábado no Campus Esportes Adaptados: Bocha e Polibaty a Pessoas com Paralisia Cerebral; Projeto Sábado no Campus Esportes Adaptados: Treinamento de Goal Ball para Pessoas com Deficiência Visual; Projeto AMA – Atividade Motora Adaptada; Grupo de Dança Folclórica da 3ª Idade da UFSC; e Programa de Intervenção Interdisciplinar em Crianças e Adolescentes HIV Positivos.

5.4 Projetos do Centro de Ciências Jurídicas - CCJ

Dos projetos do CCJ, o projeto realizado no Centro Regional São Lucas, foi ressaltado muitas vezes pelo entrevistado. Dos PIP, este é o único Centro que não teve projetos contemplados. Mesmo assim, o centro desenvolve ampla gama de projetos que beneficiam a comunidade, sobretudo as comunidades com menos recursos financeiros, com assessoramento e assistência jurídica, nos presídios, pareceres ambientais no sentido de regulamentação e legalização de determinadas regiões carentes, entre outras. Alguns destaques: Ação de Direitos Humanos e Cultura Popular; Núcleo de Mediação e Arbitragem; EMAJ - Escritório Modelo de Assistência Jurídica; e Vistoria no Presídio Feminino de Florianópolis.

5.5 Projetos do Centro Sócio-Econômico - CSE

Praticamente todos os projetos de serviço social desenvolvem aspectos relacionados à responsabilidade e ao compromisso social, porque é a base de pesquisa, de ensino e de extensão do departamento. Os outros departamentos, de administração, contabilidade e economia têm, quando alguns professores conseguem desenvolver projetos específicos, mas essas três áreas têm maior aplicabilidade no setor empresarial do que no setor mais pessoal. O único representante do Centro dos PIP é do departamento de serviço social, o Projeto de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais.

5.6 Projetos do Centro de Ciências Agrárias - CCA

Os projetos que tratam com agricultura familiar, trabalhando com a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas. no entorno questões ambientais e de saneamento mostram a cara do Centro. Alguns projetos de destaque: viabilidade da produção de novas espécies de ostras e mariscos; Saneamento e Educação Ambiental: uma proposta viável a comunidades Peri - urbanas no município de Florianópolis/SC; Melhoramento Genético

Participativo a partir de Variedade Local de Milho procedente do Extremo Oeste de Santa Catarina; Teste e difusão de sistemas agro-ecológicos de melhoramento do solo para agricultores familiares; Desenvolvimento Sustentado do Oeste de Santa Catarina, através do Método Participativo e do Planejamento e Uso Integrado da Unidade de Produção Familiar; Desenvolvimento Tecnológico no Cultivo de Camarões Marinhos Laboratório de Camarões Marinhos; e Produção e Industrialização De Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares: Resgate Cultural e Viabilidade Técnica, Econômica e Comercial nas Áreas de Assentamentos de Reforma Agrária do Norte de Santa Catarina.

5.7 Projetos do Centro de Ciências Biológicas - CCB

O destaque são as ações de repassar ensinamentos à comunidade em relação a questões ambientais e de saúde. Alguns destaques: Implementação da coleta seletiva de lixo no Centro de Ciências Biológicas e divulgação da iniciativa em escolas e condomínios residenciais próximos à UFSC; Amigo Animal, Núcleo de Avaliação de Reações do Tipo Alérgico a Drogas – NARTAD; e A Importância da Lavagem das Mãos e da Higiene Pessoal.

5.8 Projetos do Centro de Comunicação e Expressão - CCE

O CCE oferece cursos de línguas, extracurriculares a um custo acessível, voltados para a comunidade, ministrados em geral por alunos de mestrado e doutorado, que não teriam bolsa, porque estas tem quantidade limitadas, ajudando na permanência deles no curso. São pessoas bem qualificadas e é um curso de extensão. Alguns dos projetos que exemplificam a forma de o Centro de trabalhar comprometida com a comunidade são: Fazendo Rádio na Escola – renovação; Oficinas De Poesia Jovens Do Rap No Desterro; Design Social Aplicado: Conselho comunitário do Ribeirão da Ilha e AMPROSUL; O Jogo Ensina (Canta Juego); e A Língua Francesa na Escola Pública Fundamental - St.Exupéry no Campeche.

5.9 Projetos do Centro de Ciências da Educação - CED

No CED todos os projetos de extensão, em alguma medida querem favorecer a comunidade, visando à promoção humana em determinada área. Algumas ações de destaque: Interação entre Universidade, Escola e Comunidades do Maciço do Morro da Cruz; Formação de educadores/as no trato da questão do corpo: um foco nas práticas de Educação Física no Fórum do Maciço do Morro da Cruz e nas Creches e NEIs municipais; e Gestão do Instituto de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Sustentável - Instituto EduCampo.

5.10 Projetos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH

Segundo o entrevistado, o CFH tem várias ações importantes, sendo que algumas viraram programa de extensão e já ganharam prêmios, com grandes financiamentos federais. O maior destaque é o trabalho com os indígenas, que já ganhou financiamentos do MEC em várias oportunidades, e agora está abrindo uma licenciatura indígena para formar 120 professores dos povos Xokleng, Kaingang e Guarani. Apesar da ampla gama de projetos, alguns foram destacados: Cipó Guambé, Taquaruçu e Anilina: a cultura material Kaingang como fator de inclusão social; Orientação para a Escolha do Curso Superior de Graduação para Alunos do Curso Pré-Vestibular da UFSC; Atendimento Psicológico através do Serviço de Atendimento Psicológico – SAPSI; e Laboratório de Pesquisa em Imagem e Som – LAPIS.

5.11 Projetos do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas - CFM

Projetos relacionados com o estímulo às ciências exatas, laboratórios interativos e o treinamento de professores são desenvolvidos pelo Centro. Alguns destaques: Olimpíada Regional de Matemática de Santa Catarina; LEMAT - Laboratório de estudos de Matemática; LABIDEX - Laboratório de Instrumentação, Demonstração e Exploração; QUIMIDEX - Advocacia da Química em Ambientes Temáticos; e De Olho No Céu de Floripa.

6. CONCLUSÕES

As instituições de ensino superior são organizações dotadas de uma função social já pelo tipo de atividade desenvolvida. Quando se trata de instituições públicas, essa função é maior, visto que se trata de uma organização de produção e disseminação de conhecimentos mantida pelo Estado, isto é, por todos os cidadãos que pagam de alguma maneira tributos. Sobretudo em um país desigual como o Brasil, mas do que a responsabilidade inerente a sua função de formação, as instituições federais de ensino superior devem estar engajadas, compromissadas socialmente com seu entorno.

A extensão na UFSC teve suas normas renovadas no final de 2009 por uma nova resolução, que dá mais definições a função. Ao olhar da maioria dos entrevistados, mesmo que a função ainda não esteja tão valorizada como o ensino e a pesquisa, muito se avançou nos últimos anos, em reconhecimento institucional e na prática.

O ensino é tido como a função principal da universidade, porque é a primeira razão de sua existência. Entretanto, se é tão repetido a questão do tripé universitário, é importante compreender a questão que está implícita nisto: um tripé para funcionar deve ser constituído de três partes com igual tamanho para a perfeita sustentação. Assim, entendemos que tanto o ensino, como a pesquisa e a extensão são importantes e inerentes a instituição universitária, e devem ser valorizados como funções vitais.

É percebido que a administração superior da universidade está tentando eliminar o desnível entre a pesquisa e a extensão, entretanto, a junção das pró-reitorias não necessariamente é uma medida efetiva. Além disso, em todos os Centros, a estrutura para a extensão ainda está em fase de construção, sendo que 72,7% dos entrevistados manifestaram interesse em melhorar a extensão, na universidade como um todo, com incentivos, divulgação, formulação de indicadores, e no Centro, na estrutura interna dedicada à atividade.

Apesar da abrangência do termo responsabilidade social, há algumas questões colocadas por diversos autores sobre o tema, que se podem destacar: é mais do que simplesmente cumprir a legislação e comprometer-se com o desenvolvimento econômico da organização; é um conceito transversal, que permeia toda a organização e a todos os que, de alguma forma são afetados pelas atividades da mesma; envolve conceitos como responsabilidade para com o ambiente, para com a sociedade, transparência, diálogo entre as partes interessadas e o bom governo; compreensão que os compromissos vão além da cadeia produtiva, para com toda a sociedade, expressos por meio de atos que afetem positivamente; gestão ética; estabelecimento de metas que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade; redução de desigualdades com ênfase na cidadania.

Nas entrevistas, foi percebida uma compreensão da responsabilidade social, sobretudo na questão de saber oferecer o que se tem para ajudar a real emancipação, a transformação social. Mais ainda: a maioria das respostas foi em direção a criação da cidadania, e não de apenas uma visão assistencialista ou filantrópica.

Como a universidade tem Centros com características distintas, cada um pode destacar-se em uma área de promoção de melhorias sociais, e isso realmente acontece na

UFSC: alguns Centros terão projetos mais direcionados à cultura, outros em relação ao desenvolvimento e sustentabilidade ambiental, outros à geração de renda, outros à saúde.

Apesar de não conhecer o termo “compromisso social”, muitos professores o praticam, sentindo-o muito aproximado da responsabilidade social, ou mais do que isso, como colocado do Ribeiro (2006), no sentido de empenho, engajamento.

A lista de projetos identificados por alguns Centros foi grande. Por outros, nem tanto. Mas todos reconhecem que a universidade tem um grande compromisso para com o entorno, ainda que pudesse fazer muito mais. A lista de ações é realmente extensa, os incentivos, apesar de ainda incipientes, estão crescendo, e todas as áreas desenvolvem projetos importantes para o entorno, alguns para o Estado, e até em nível de atendimento ao país.

Assim, não se pode desprezar o compromisso social da UFSC, com grande importância ao Estado, não só formando mão de obra qualificada, mas desenvolvendo projetos de apoio a melhora da qualidade de vida em diversos aspectos e a diversos públicos.

Com um incentivo maior a extensão, quando todos os membros da universidade a considerarem no mesmo nível de importância que o ensino e a pesquisa, quando desenvolverem a consciência da possibilidade da extensão como compromisso social, já que nem todas as atividades extensionistas se enquadram dessa forma, com certeza toda a sociedade valorizará mais ainda a universidade, porque hoje, infelizmente, ainda escutamos de alguns que a universidade se encontra “entre seus muros”.

Claro que a expressão não é mais tão repetida quanto já se usou uma vez, e é necessário reconhecer e apoiar a importância da universidade pública não só aos acadêmicos. O que se deve reconhecer não como crítica, mas como possibilidade de crescimento contínuo, é que ainda há possibilidades de fazer muito mais.

7. REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ARAÚJO, Margarete Paneraíet *al.* (Org.). **Construindo o Social através da Ação e da Responsabilidade**. Novo Hamburgo: Feevale, 2006.

AUDY, Jorge Luis Nicolas. Universidade Inovadora: entre a tradição e a renovação. In: MOROSINI, Marília (org.). **A Universidade no Brasil: conceitos e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Cap. 18, p. 339-350.

BEDÊ, Margo Aurélio (Org.). **Responsabilidade Social nas Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo**. São Paulo: Sebrae, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição (1988). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em mar. 2010.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Distributionoffamilyincome: Gini index**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2172.html>>. Acesso em: 05 mai. 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, mai./jun., 1995.

GOERGEN, Paulo. Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (org.). **Universidade e Compromisso Social**: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 65-95. (Coleção Educação Superior em Debate; v.4).

INEP (Brasília). Ministério da Educação. **Senso da Educação Superior 2008**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2010.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL (Brasil). **O que é RSE**: Referências. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em: 15 mar. 2010

KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade Social Empresarial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

KLIKSBERG, Bernardo. **Más Ética, Más Desarrollo**. 19. ed. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial SRL, 2008.

MOISEICHYK, Ana Elizabeth; BIAZÚS, Cléber Augusto. **O Papel da Universidade diante do contexto atual**: uma questão de responsabilidade social. In COLOSSI, Nelson et al. A Gestão Universitária em Ambiente de Mudança na América do Sul. Blumenau: Nova Letra, 2002. (p. 153-158).

NIELLO, José Vargas. **Responsabilidad Social Empresarial (RSE) desde la perspectiva de los consumidores**, Santiago de Chile: Impreso en Naciones Unidas, dic. 2006. Disponível em: <<http://www.redceres.org/archivos/49-RSE%20desde%20la%20perspectiva%20de%20los%20consumidores%20-%20CEPAL.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.) FORUM NACIONAL DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS (BRASIL). **Extensão universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: UFMG, PROEX, 2000.

NOVO, Luciana Florentino; MELO, Pedro Antonio de. **Universidade Empreendedora**: fortalecendo os caminhos para a responsabilidade social. In MELO, Pedro Antonio de; COLOSSI, Nelson (org.) Cenários da Gestão Universitária na Contemporaneidade. Florianópolis: Insular, 2004. (p.17-35).

PAULIN, Igor. **Uma visão ainda mais liberal**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=657>>. Acesso em: 01 mai. 2010.

PLANO Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001.

PRPE. **Contemplados no programa de bolsas para os Projetos Institucionais Permanentes (PIP) de 2010.** Disponível em: <<http://prpe.ufsc.br/files/2010/03/pip-2010-contemplados-2a-fase.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2010b.

PRPE. **Indicadores de Extensão.** Disponível em: <<http://prpe.ufsc.br/files/2009/11/IndicadoresExtensao.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2010a.

PRPE. **Relatório de Gestão.** 2009. Disponível em <<http://prpe.ufsc.br/files/2009/09/Relatorio-PRPE-2009.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarryet al. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 2 ed., São Paulo: Atlas, 1989.

RISTOFF, Dilvo. A Universidade Brasileira Contemporânea: Tendências e Perspectivas. In: MOROSINI, Marília (org.). **A Universidade no Brasil: conceitos e modelos.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Cap. 1, p. 37-52.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC. **Câmara de Extensão – CEx.** Disponível em: <http://www.conselhos.ufsc.br/index.jsp?page=/arquivos/cex_index.html>. Acesso em: 18 abr. 2010.

UFSC. **Estatuto da UFSC.** Disponível em: <http://www.ufsc.br/paginas/downloads/EstatutoUFSC_062008.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2010a.

UFSC. **Regimento Geral.** In: UFSC. **Relatório de Gestão.** Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.pip.ufsc.br/arquivos/RELATORIO_GESTAO_2009.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2010.

UFSC. **Resolução Normativa N.º 03/CUn/09.** Disponível em: <<http://prpe.ufsc.br/files/2009/06/003CUn2009Extensao.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2010b.

ONU. **Educación para Todos en 2015: ¿Alcanzaremos la meta?.** París - Francia: Ediciones Unesco, 2007.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.26, n.81 , p. 156-177, mar. 2005.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da Pesquisa.** Florianópolis: SeaD/UFSC, 2006.